

# **GESTÃO ESCOLAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E FAMÍLIA: MAIS IMPASSES DO QUE POSSIBILIDADES?**

Maribel de Amorim Pereira – UNIPLAC  
maribel.ap2@hotmail.com

Maria de Lourdes Pinto Almeida – UNIPLAC  
malu04@gmail.com

Nayara Alano Moraes – UNIPLAC  
nayalanomoraes@gmail.com

Jamille Bitencourt Rodrigues – UNIPLAC  
jamillebr@hotmail.com

Eixo temático 4: Organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (Projeto Político Pedagógico, Gestão, Currículo, Avaliação, Cultura, Políticas de acesso e permanência)

**Resumo:** Nesta pesquisa discutimos o papel da sociedade civil como possibilidade de transformação social e, principalmente, dos processos educacionais. Nessa discussão, buscamos as teorias de Louis Althusser, sobre Aparelhos Ideológicos do Estado, alguns escritos de Antonio Gramsci revisados por Semeraro, bem como outros autores que nos auxiliaram na compreensão do que são os AIE e de que modo o sistema capitalista se perpetua nas práticas sociais e educacionais sob a forma de valores próprios de uma classe dominante. A transformação social se dará por meio da interação da gestão escolar com a comunidade via educação escolar. A metodologia da pesquisa utilizada foi a histórico-crítica e a reflexão teve como base categorias tais como aparelhos ideológicos do Estado; família/escola; desigualdade social; ideologia.

**Palavras-chave:** Educação e Aparelhos Ideológicos do Estado; Educação Escolar; relação Família/Escola; Transformação Social

## **Introdução**

Como base deste trabalho entram em destaque os aparelhos ideológicos do estado conforme os entende Althusser, mais diretamente a família e a escola, sendo esta última tratada pelo referido autor como o AIE (Aparelho Ideológico do Estado) que maior influência exerce sobre os indivíduos, porque é na escola que crianças e adolescentes passam a maior parte de suas vidas. Por meio dela, entram em contato com as ideologias que permeiam as

relações de classes, as relações sociais e culminam com a expansão e manutenção do sistema neoliberal capitalista. Para compreender esse sistema, se faz importante destacar uma revisão teórica a respeito dos efeitos da globalização decorrente da expansão do capitalismo, também fator que gera desigualdades sociais cada vez mais acentuadas.

O sistema capitalista que fundamenta as relações econômicas mundiais tem como base o acúmulo de capital por meio da exploração da força de trabalho. Nesse sistema há uma divisão de classes sendo que, de um lado, estão os donos do capital e, de outro, os trabalhadores. Conforme Sader (2011):

A natureza das sociedades contemporâneas é capitalista. Estão assentadas na separação entre o capital e a força de trabalho, com aquela explorando a esta, para a acumulação de capital. Isto é, os trabalhadores dispõem apenas de sua capacidade de trabalho, produzir riqueza, sem os meios para poder materializá-la. Tem assim que se submeter a vender sua força de trabalho aos que possuem esses meios – os capitalistas –, que podem viver explorando o trabalho alheio e enriquecendo-se com essa exploração (SADER, 2011).

A manutenção desse sistema exige uma série de ações que acabam por se naturalizar na consciência das pessoas a ponto de elas se tornarem alienadas à exploração a que são expostas diariamente. Uma dessas ideias está presente nas metodologias de ensino vigentes, mas que não são atuais, porque existem desde que a acumulação de riquezas pela exploração do trabalho assalariado começou a se expandir. Desde então, os sistemas escolares adotaram propostas de ensino que se voltam para a formação de pessoal capacitado para o mercado de trabalho, conforme características específicas.

Nesse processo estão em jogo os diferentes tipos de trabalhadores de que o capital precisa. Sendo assim, a “massa” (termo utilizado por Marx para designar o proletariado) sai da escola por volta dos 16, 17 anos, e integra o trabalho mais pesado, uma parte dos alunos que ingressam nas escolas segue adiante e consegue finalizar o ensino superior, tornando-se o corpo de trabalhadores para determinadas funções que exigem uma intelectualização um pouco melhor. Uma minoria segue com seus cursos e especializações e forma o corpo de dirigentes do processo de produção.

Ressalta-se, no entanto, que nenhum destes profissionais seja o operário ou o dirigente trabalha para a transformação de uma sociedade de classes para outra mais igualitária, porque todos são formados pelo mesmo sistema, o de reprodução da ideologia capitalista. E, neste caso, é importante entender o que é ideologia, seguindo o pensamento de Althusser a esse respeito.

Antes, porém é preciso apresentar alguns conceitos como globalização porque, segundo diferentes autores, esse é um dos elementos para se compreender a atualidade, na medida em que o processo de globalização implica em tornar comum a todos tudo o que acontece no mundo, ou seja, com a difusão dos meios de comunicação, sociedades e acontecimentos antes restritos a pequenos grupos hoje alcança o mundo inteiro em questão de minutos e, isso também contribui para a manutenção do sistema capitalista, porque ele centra-se na difusão de informações, em especial as relativas à produção e consumo de bens, o objetivo principal do capitalismo.

Para Oliveira (1999, p. 72):

É verdade que há um processo de globalização. Que não é harmônico, não é equilibrado, tem matrizes, e beneficia mais uns países que outros, mais umas economias do que outras. Apesar da literatura fácil que o vende como o Eldorado. Ele não liquida com distinções, e, ao contrário, as amplifica.

Assim, a globalização se torna um processo perigoso, principalmente em decorrência de sua centralização econômica, com valorização de uma moeda, que se torna hegemônica, enquanto os países que dependem de financiamentos para o desenvolvimento econômico abdicam da moeda nacional. Em face disso, Oliveira adverte que:

A globalização, entretanto, é um processo real de um ponto de vista extremamente perigoso. Talvez pela primeira vez no sistema capitalista o ponto teórico forte sobre globalização, o capital, é pressuposto e resultado da produção, em todos os espaços nacionais. [...] O capital tem uma moeda hegemônica. As moedas nacionais estão deixando de ser a mediação tanto para o acesso aos fundos do capital quanto para sua transformação em valor final. Esse talvez seja o sentido teórico mais forte do que quer dizer *globalização* (OLIVEIRA, 1999, p. 72, 73).

Ainda retomando as considerações de Oliveira sobre globalização, entendemos com ele que a aceitação pelos países subdesenvolvidos ou “emergentes” de uma única moeda também implica em abdicar de valores que constituem a identidade nacional. Quando os governantes perdem o poder sobre a economia do país, isso resulta num processo de violência que culmina nas desigualdades cada vez mais acentuadas vivenciadas todos os dias. Assim, Oliveira entende que “a moeda é o vetor essencial da violência capitalista, e o Estado é o detentor da violência legítima”, porque é ela “quem discrimina as faixas de renda, o acesso ao consumo, o acesso à educação, o acesso a todos os bens da sociedade”. Esse sistema é o responsável por legitimar as desigualdades, porque, segundo o mesmo autor, a moeda “é o veículo da violência estatal ao implantar e ao fazer respeitar a sociedade dividida em classes e

dividida em ricos, pobres, remediados, enfim, respeitar a divisão de classes e de riquezas existentes na sociedade” (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Isso nos leva a refletir sobre a educação que vem sendo colocada em prática nas escolas brasileiras e o que isso revela sobre a realidade educacional cada vez mais problemática sob o ponto de vista da formação do indivíduo para a cidadania, para o pleno exercício de seus direitos e deveres.

De acordo com Semeraro (2001), ao refletir sobre os estudos de Antonio Gramsci, a nova ordem instaurada no século XX pela expansão do capitalismo é a do controle da produção na sociedade moderna e, segundo o mesmo autor, isso “é decisivo para determinar as condições da soberania, do saber e do poder”, ou seja, “É a partir do novo modo de produção que se desenvolvem as ideologias, as expressões culturais e os traços característicos dos sujeitos nele envolvidos” (SEMERARO, 1999, p. 57, 58).

Ainda conforme Semeraro a realidade presente decorre do processo de industrialização, ou seja:

Ao lado do taylorismo, da organização e divisão “científica” do trabalho, o fordismo introduzia o controle quase obsessivo da indústria e do Estado sobre os comportamentos culturais e a própria vida particular dos trabalhadores, incorporando em seu domínio todo um modo de produzir e de pensar. Gramsci interpreta essa ação como uma hábil combinação entre a “força” (destruição do sindicalismo) e a persuasão (melhores salários, benefícios sociais, propaganda ideológica e política). Em sua versão americanista, o capitalismo, com suas crises cíclicas e com suas metamorfoses, se apresentava nas vestes de um moderno sistema de produção e voltava a reformular sua ambição globalizante, como uma força que invade e impregna sutilmente o tempo, o espaço e a vida de todos. (SEMERARO, 2001, p. 55)

Se os valores da sociedade moderna são determinados por uma classe dominante, isso nos remete ao objetivo dessa discussão, a participação da sociedade civil, representada em nosso estudo pela comunidade escolar, entrando nessa perspectiva a família, a comunidade na qual se insere a escola e o próprio complexo escolar, como agente de transformação social. Não se pode, no entanto entrar nesse aspecto sem entender o que são os Aparelhos Ideológicos do Estado, sendo o principal, conforme Althusser (1985), a Escola. Nesse caminho compreendemos também a família como importante AIE, no sentido de que ela contribui para a disseminação de valores socialmente aceitos e, conforme se depreende dos estudos de Althusser, todos os AIE estão impregnados de valores decorrentes da luta de classes na qual predominam os direitos da burguesia sobre a classe trabalhadora.

Em sua teoria sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, Althusser (1985, p.54) diz “[...] que toda formação social para existir, ao mesmo tempo em que produz, e para poder

produzir, deve reproduzir as condições de sua produção. Ela deve, portanto, reproduzir: 1) As forças produtivas; 2) As relações de produção existentes. Nessa afirmação, o autor considera que “toda formação social é resultado de um modo de produção dominante”, o que coloca a sociedade do século XX como decorrente do processo de industrialização e a situa como mantenedora da luta de classes própria do capitalismo.

Se essa realidade tende a se manter, entende-se que há mecanismos capazes de difundir a cultura da força produtiva e da relação de produção. Por muito tempo essa ideia foi repassada à sociedade por diferentes instituições, mas, as principais nesse sentido eram a igreja e a escola.

Com a ascensão da burguesia e a destituição do poder do clero, esse papel passou para a família em conjunto com a escola. De acordo com Althusser (1985, p. 76):

Pode-se dizer que a burguesia se apoiou no novo aparelho ideológico de Estado político, democrático-parlamentar, estabelecido nos primeiros anos da Revolução, restaurado, após longas e violentas lutas, por alguns meses em 1848, e durante dezenas de anos após a queda do Segundo Império, para combater a Igreja e apossar-se de suas funções ideológicas, em suma para assegurar não só sua hegemonia política, mas também a sua hegemonia ideológica, indispensável à reprodução das relações de produção capitalistas.

Mas, como podemos falar em emancipação, em democracia, em sociedade igualitária se estamos retomando teorias que deixam pouca margem para a esperança de uma sociedade mais justa? Entender como essa relação se processa e se dá é um dos modos de pensar uma nova sociedade e os meios para se chegar a ela.

Ainda retomando Althusser, voltamos às suas considerações sobre a escola como a mantenedora da ideologia das classes dominantes, porque, segundo esse autor,

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia) (ALTHUSSER, 1985, p. 79).

Segundo essa ideia, cerca de 16 anos são necessários para formar os operários, aqueles que saem da escola com o ensino secundário e são destinados ao mercado de trabalho. Uma parte ainda segue se escolarizando para ocupar “os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários pequenos e médios, pequenos burgueses de todo tipo”. Outra e bem pequena parcela acaba por se tornar após a conclusão do ensino superior,

[...] intelectuais do trabalhador coletivo, os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda espécie, que em sua maioria são “leigos” convictos) (ALTHUSSER, 1985, p. 79).

Se a escola é uma das instituições que mais reflete os valores sociais, então as mudanças precisam começar por ela ou por meio dela. Mas, pensar que somente ela será capaz de mudar o que está posto seria ingenuidade. É preciso muito mais do que isso nesse momento histórico no qual o Estado se volta para a manutenção da divisão social em classes, atendendo às exigências das nações hegemônicas que transformaram o mundo em uma “aldeia global”, termo cunhado por Marshall McLuhan, em 1964, em seu livro sobre o poder dos meios de comunicação, em especial a televisão, e que se aplica, na atualidade, à internet que une pessoas do mundo inteiro, como se, de fato, formasse uma grande aldeia intercomunicada por meio de sinais transmitidos pelas linhas telefônicas (WOLFE, 2005).

A história dos movimentos sociais remonta ao início da civilização quando grupos se uniam em prol de objetivos comuns a todos. No entanto, é com a ampliação do capitalismo que a necessidade de lutar contra os sistemas vigentes opressores ganha destaque, tendo como exemplo os movimentos que culminaram na Revolução Francesa. Para Maria da Glória Gohn, “Os movimentos sociais têm sido considerados, por vários analistas e consultores de organizações internacionais, como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais” e, nesse contexto, detém saberes “decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriados e transformados em força produtiva” (GOHN, 2010, p. 66).

Quando se almeja uma sociedade mais justa e igualitária, entende-se que se trata de uma sociedade emancipada, livre da opressão. No entanto, conforme salienta Gohn:

A emancipação só é possível a partir da formação de amplos consensos em torno de uma concepção de mundo alternativa a que predomina no *status quo* vigente, que se contraponha à concepção hegemônica que reproduz a dominação existente, que se reproduz cotidianamente. E esta nova concepção de mundo deverá ser construída a partir de novos sentidos e significados às relações sociais, para que estas não se reproduzam como relações de poder, de dominação de uns sobre os outros (GOHN, 2010, p. 57).

Conforme se entende das palavras da autora, a construção de novos sentidos e significados para as relações sociais deve se dar a partir da formação de indivíduos mais conscientes. Se for na escola que a maioria dos indivíduos passa a maior parte da infância e adolescência, então cabe à educação o papel de formadora de cidadãos emancipados, no sentido de libertos da opressão ou, pelo menos, de opositores aos sistemas repressivos e opressivos. Isso entra no campo da cidadania ativa que, conforme a autora:

[...] requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da história de seu tempo. A educação entra neste processo de formação como um direito humano, para o desenvolvimento do ser humano. A educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos, fortalecimento aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, atitudes de tolerância, amizade, solidariedade e fraternidade com o semelhante (GOHN, 2010, p. 58).

Mas, retomando o pensamento de Althusser, como entender a escola como formadora de cidadãos e difusora de cidadania se nela imperam os valores de uma sociedade excludente? Para Althusser, na escola são repassados conteúdos próprios à formação de trabalhadores, ou seja, ensina-se a ler, contar e a fazer cálculo, bem como outros conteúdos necessários à manutenção do sistema de produção. Nas palavras do autor:

Ora, o que se aprende na escola? É possível chegar-se a um ponto mais ou menos avançado nos estudos, porém de qualquer maneira aprende-se a ler, escrever, e contar, ou seja, algumas técnicas, e outras coisas também, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou ao contrário aprofundados) de “cultura científica” ou “literária” diretamente utilizáveis nos diferentes postos da produção (uma instrução para os operários, uma outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma última para os quadros superiores, etc...) aprende-se o “know-how” (ALTHUSSER, 1985, p. 57, 58).

Retomando as palavras de Semeraro e sua interpretação dos escritos de Gramsci, é necessário a formação de novos indivíduos, de novos intelectuais capazes de modificar a realidade posta, de mudar as relações de reprodução e força produtiva. Nesse caminho, o papel do Estado também é fundamental para que o projeto de emancipação social se torne realidade. Mas, segundo esses autores, uma sociedade emancipada levará séculos para se efetivar, até que se elimine dela toda a ideologia burguesa.

Cabe então, entender o que é o Estado, conforme o define Semeraro, para se entender o que ocorre de fato na atualidade:

O Estado é todo conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados (SEMERARO, 2001, p. 75).

Nesse ponto retomam-se as discussões de Althusser sobre os AIE. Estes, segundo ao autor, refletem e disseminam o pensamento da classe dominante, seja por meio da repressão ou da ideologia. O Estado e demais instituições públicas como representantes da imposição ideológica dos dominadores por meio de modos repressivos, e as instituições privadas, como a sociedade civil, escola, família e igreja por meio de um discurso ideológico impregnado nas

palavras e nos conteúdos oferecidos pela escola aos alunos, nos sermões proferidos nas igrejas, por exemplo.

Mas, Althusser deixa claro que o Estado nem sempre utiliza da repressão, não sendo, portanto totalmente um Aparelho Repressivo, cuja imposição se dá por meio da força através de seus agentes como a polícia, por exemplo. Ou seja, os Aparelhos Ideológicos de Estado:

[...] não se confundem com o aparelho (repressivo) do Estado. Lembremos que, na teoria marxista, o aparelho de Estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc, que constituem o que chamaremos a partir de agora de aparelho repressivo do Estado. Repressivo indica que o aparelho de Estado em questão “funciona através da violência”— ao menos em situações limites (pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas) (ALTHUSSER, 1985, p. 67, 68).

Se observarmos as colocações de Althusser, podemos entender que os AIE estão em todas as instâncias e possibilidades de grupos humanos. Assim, é possível entender a força do Estado e a manutenção de sua ideologia<sup>1</sup>. Os Aparelhos Ideológicos do Estado são entendidos por Althusser como:

[...] um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta a prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial): AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas); AIE familiar; AIE jurídico; AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos); AIE sindical; AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc...); AIE cultural (Letras, Belas Artes, esporte, etc...) (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Se o Estado possui esse poder de perpetuar o que interessa à classe dominante, lutar contra esse sistema que se caracteriza, pelas palavras de Althusser, pela luta de classes, é uma tarefa que exige a participação de todos e entendemos que a sociedade civil, representada neste estudo pela família e a escola seja capaz de empreender ações que possam alterar essa realidade.

Retomando o pensamento de Gramsci explicado por Semeraro, podemos aplicar esse conhecimento a nossa realidade, porque, segundo o estudioso da teoria gramsciana, os escritos daquele pensador, guardando as ressalvas necessárias, continuam bastante atuais. Nesse caso, entra em cena a questão da emancipação da sociedade civil com a transformação do Estado

---

<sup>1</sup> Ideologia, para Althusser (1985, p. 81), segundo a definição de Marx, é “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito e um homem ou de um grupo social”.



em agente de mudanças, ou seja: “A função do Estado, para Gramsci, deve ser de ‘cultura ativa’, deve servir para determinar a vontade de construir no invólucro da sociedade política uma complexa e bem articulada sociedade civil, na qual o indivíduo se autogoverne” (SEMERARO, 2001, p. 51).

Mas, quando Estado se exime de seu dever, para que a sociedade civil se organize de fato é necessário que haja uma intercomunicação entre escola, família, comunidade, sociedade formando uma rede de transmissão de conhecimentos necessários à formação da cidadania crítica e capaz de refletir e agir diante dos problemas, bem como de lutar para a emancipação social como pretendia Gramsci.

Tanto a mídia, quanto diferentes pesquisas efetuadas nos últimos anos principalmente pelas instituições de ensino superior mostram que o baixo rendimento escolar é uma realidade muito presente e preocupante no Brasil, situação que pode ser aplicada à maioria dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Esse fato tem como causa uma gama de situações que envolvem desde o Estado como Aparelho, que se ausenta de suas obrigações relativas à educação em favor da manutenção ideológica capitalista, até o núcleo familiar que se exime do processo educacional, entendendo que a escola é a única responsável pela formação dos futuros cidadãos. Os estudos efetuados sob essa característica demonstram que o pouco rendimento escolar possui uma relação importante com o binômio escola-família.

Quando se trata da família, entra em cena também a questão da “aldeia global”, pois, a mídia, com sua gama de informações, reproduz as ideologias dominantes e as famílias, imbuídas desses “valores”, acreditam que a escola é a única responsável pela educação, omitindo-se do seu papel de auxiliar no processo educacional. Retomando os escritos de Althusser, compreendemos de que modo o ideal capitalista se reproduz por meio da escola de uma maneira subjetiva, sem que a sociedade perceba os mecanismos que estão por trás de uma pretensa escola ideal. Segundo esse autor:

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda confiança) pelos “pais” (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimento, literatura e virtudes “libertárias” (ALTHUSSER, 1985, p. 80).

Os valores relativos ao capital embutidos nas práticas pedagógicas tende a perpetuar

uma realidade de exclusão, na medida em que orienta crianças e jovens para o mercado de trabalho e exime-se de instruí-los para um pensamento reflexivo que seja capaz de mostrar a necessidade de suplantar o sistema desigual vigente. Sem a colaboração da família e da sociedade civil como um todo para quebrar esses paradigmas, entendemos que não há possibilidade de se formar sujeitos de fato, porque, segundo Gramsci, uma sociedade emancipada deve levar em conta primeiro o sujeito e que este se reconheça como tal, que perceba o poder que tem em mãos de sair da opressão e se tornar um intelectual politizado, emancipado, enfim, liberto dos mecanismos repressivos do Estado (SEMERARO, 2001).

Mas esse caminho é longo e para trilhá-lo são necessárias atitudes diferentes das que têm sido tomadas cotidianamente no interior das escolas e fora dela. É claro que o Estado não pode eximir-se desse trabalho, mas como ele está fortemente influenciado pelo aparelho ideológico da classe dominante, essa mudança pode partir de outras instâncias, dentre elas a escola e a família. Como agente transformador, entra em cena o professor, não mais aquele que, de acordo com Nidelcoff (1980, p. 99), "fala com os pais como se estivesse num pedestal para informar, aconselhar, como quem sabe tudo e não tem nada a aprender com o interlocutor". Trata-se de um aprendizado conjunto entre todos os seus atores.

Contudo, contraditoriamente à necessidade de uma relação de troca entre família e escola, esta última vem mantendo os padrões de valorização dos interesses de uma classe, a dominante, em detrimento dos direitos de outras, ou, como entende Althusser (1985, p. 80), a escola:

[...] forma com a Família um par, assim como outrora a Igreja o era. Podemos então afirmar que a crise, de profundidade sem precedentes, que abala por todo o mundo o sistema escolar de tantos Estados, geralmente acompanhada por uma crise (já anunciada no Manifesto) que sacode o sistema familiar, ganha um sentido político se considerarmos a Escola (e o par Escola-Família) como, o Aparelho Ideológico de Estado dominante, Aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das relações de produção de um modo de produção ameaçado em sua existência pela luta mundial de classes.

É necessário, então, modificar a realidade posta na qual a família deixa a educação de seus filhos unicamente nas mãos da escola e, esta, baseando-se num modelo de família nucleada, estável econômica e emocionalmente, mas que nem sempre é coerente com a realidade vivida pela maioria dos estudantes, uniformiza suas ações educativas, estabelece a didática, os padrões de desempenho e o tempo de duração do processo escolar no que diz respeito à aprendizagem, descartando os estudantes de famílias que não se encaixam nos

modelos preestabelecidos.

Para Sergiovanni (apud STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 51):

A comunidade é o vínculo que une os estudantes e os professores de maneira especial a algo mais importante do que eles próprios: valores e ideais compartilhados. Eleva tanto os professores quanto os estudantes a níveis mais elevados de autoconhecimento, compromisso e de desempenho, além do alcance dos fracassos e das dificuldades que enfrentam em suas vidas cotidianas. A comunidade pode ajudar os professores e os estudantes a serem transformados de uma coleção de “eus” em um “nós” coletivo proporcionando-lhes assim, um sentido singular de identidade de pertencer ao grupo e à comunidade.

Precisamos observar, no entanto, que a escola não é um todo uniforme, porque ela também é, assim como o Estado e as diversas instâncias e entidades sociais, dirigida por alguém que se torna responsável pelo que acontece no interior dela. Esse responsável assume atualmente a função de gestor, figura que precisa se imbuir de valores diferentes dos sistemas impostos pelo capital para levar a escola a caminhar em conjunto com a família no sentido de formar uma nova sociedade, mais organizada, emancipada dos valores burgueses. Para cumprir esse papel, o gestor precisa estabelecer o diálogo entre escola e família, conhecer a realidade dos educandos que estão sob sua responsabilidade. Ou seja, precisa dar-se conta do contexto social e cultural que permeia a escola e, discutir em conjunto com pais e professores o exercício da cidadania, da participação social, as teorias sobre desenvolvimento e aprendizagem da criança. Acreditamos que essa discussão pode resultar na construção de novas tendências na educação, alicerçadas no compromisso dos educadores e da família como suporte para a aproximação com a ideia de igualdade social.

## **Considerações Finais**

A realidade educacional brasileira, assim como ocorre em diferentes partes do planeta em que reside o sistema de acumulação do capital sob a exploração da classe trabalhadora capitalista, é bastante preocupante no sentido de que a maioria das instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, do ensino elementar ou superior, acabam por reproduzir uma ideologia que vem sendo disseminada pela sociedade mundial por diferentes meios, principalmente os meios de comunicação.

Sociedade, Escola, Família, Estado entram, conforme o referencial teórico que nos serviu de base, como Aparelhos do Estado responsáveis pela manutenção da divisão social em exploradores e explorados. Se o estado deixa de cumprir sua função de possibilitador de medidas práticas que atendam aos direitos dos cidadãos, os movimentos em prol da libertação de um sistema repressor para uma consciência crítica e reflexiva devem começar por outras instâncias. Assim, é que entendemos que esse papel pode ser cumprido pela relação harmônica e convergente entre família e escola, tornando-se de certo modo, a mola propulsora para mudanças profundas e significativas no contexto social e que devem refletir-se nos contextos políticos e econômicos.

Como já visto, a sociedade atual fundamenta-se nos princípios econômicos que regem tudo o que está relacionado ao capitalismo, sejam quais forem às denominações que recebe neocapitalismo, liberalismo, neoliberalismo, porque, a base de todos esses movimentos é a manutenção do poder nas mãos de poucos e a exploração da maioria da população em seu bem maior de troca, a força de trabalho.

As mudanças devem partir de algum lugar ou instituição, a junção da família com a escola sob um objetivo comum, a formação de intelectuais capazes de visualizar e por em prática ações voltadas para o bem comum, pode ser o caminho para as mudanças almejadas e necessárias. Romper com os preconceitos, observar, conhecer a realidade social, econômica, cultural dos envolvidos no processo educacional é o primeiro passo para que, daqui algum tempo, também o Estado possa assumir seu dever de promover a cidadania plena. Se formarmos cidadãos conscientes de seu papel social, poderemos ter um sistema político mais justo, na medida em que a reflexão e a criticidade também trazem a politização do sujeito e a consciência de que os representantes do povo que comandam o Estado devem estar a serviço da nação que representam prezando por seus direitos e não estar unicamente a serviço de um sistema desigual comandado por uma minoria dominante e hegemônica.

### **Referências Bibliográficas**

ALTHUSSER, Louis (1918). **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

---

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs, e Redes Solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. **À sombra do Manifesto Comunista**: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: GENTILI, Pablo, SADER, Emir (orgs). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 68-78.

SADER, Emir. Capitalismo: o que é isso? **Carta Capital** edição *online*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/capitalismo-o-que-e-isso/>>. Acesso em 28/05/2012.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

STAINBACK Susan ; STAINBACK William. **Inclusão**: um guia para educadores. São Paulo: Artmed, 1999.

WOLFE, Tom. **Os desdobramentos da aldeia global**. Carta Capital, edição 360. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os\\_desdobramentos\\_da\\_aldeia\\_global](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os_desdobramentos_da_aldeia_global)>. Acesso em 22/05/2012, às 14:32h